

OPINIÃO

EDITORIAL

Hora de cortar na carne

A denúncia publicada com exclusividade nesta edição do *Jornal Ribeirão* lança luz sobre uma prática tão velha quanto nociva à democracia: o uso de caixa dois em campanhas eleitorais. Segundo relatos de ex-assessoras, um vereador da atual legislatura teria recorrido a notas fiscais de serviços não prestados para maquiar gastos de campanha — uma grave acusação que exige investigação rigorosa e transparente.

Vale dizer: as denúncias gravaram entrevistas confirmando a prática delitativa e dando detalhes do funcionamento do esquema. Pelo menos R\$ 12 mil em notas foram emitidas de forma irregular, segundo a denúncia já encaminhada ao Ministério Público. O dinheiro usado para pagar essas notas saiu do famigerado fundão eleitoral. E de onde saem os recursos desse fundo? Se você pensou “do nosso bolso”, está correto!

Além do uso de dinheiro público para pagar por serviços supostamente não prestados, a denúncia trata do uso irregular de recursos da Câmara Municipal. Servidores pagos pela população para prestar serviço ao mandato parlamentar teriam, na verdade, ajudado o parlamentar a conquistar um novo mandato.

A emissão de notas frias e o uso indevido de recursos eleitorais não são meras irregularidades administrativas, daquelas que um simples reembolso com pedido de desculpas pode resolver. São crimes eleitorais. São fraudes contra o sistema democrático, que devem ser apuradas com isenção, firmeza e responsabilidade pelas autoridades competentes — inclusive pela própria Câmara Municipal, que não pode continuar refém de uma cultura corporativista.

Infelizmente, o histórico do Legislativo de Ribeirão Preto não inspira confiança quando o assunto é investigar e punir seus próprios membros. Não faltam exemplos de denúncias que

simplesmente desapareceram no tempo, soterradas por votações açodadas, manobras regimentais, blindagens políticas e silêncio conivente entre parlamentares.

Ainda na gestão passada, casos como o do vereador Sérgio Zerbinato (PSDB), acusado de prática de rachadinha — inclusive com inquérito e ação penal em trânsito neste momento —, e o da vereadora Duda Hidalgo (PT), que teria usado o carro oficial da Câmara para fins partidários, são emblemáticos dessa resistência sistemática à transparência e à devida punição aos flagrados no erro.

Da mesma forma, o Ministério Público tem, através de sua prerrogativa, todas as ferramentas para investigar o caso a contento, confirmando — ou não — as denúncias e punindo exemplarmente os envolvidos, se for o caso.

O tempo de passar pano ou fechar os olhos para ações corruptas definitivamente já se esgotou. É preciso que as instituições mostrem força para corrigir essas velhas práticas que passam de um mandato para o outro sem qualquer pudor.

A população ribeirão-pretana está cansada de ver o Legislativo — e também o Judiciário e o Ministério Público — se escondem atrás da própria toga. Está cansada de escândalos abafados, investigações engavetadas e da proteção mútua entre pares. Quando um vereador é acusado, é a imagem de toda a Câmara que sangra — e, com ela, a confiança popular naqueles que deveriam ser os seus representantes.

Chegou a hora de cortar na carne. Não basta emitir notas de repúdio ou abrir sindicâncias para inglês ver. A sociedade espera ações concretas, apurações profundas e punições exemplares, caso as denúncias se confirmem. Transparência não é favor. É obrigação.

NOVAS IDEIAS

Entre a Cruz e a Malandragem: O Drama Existencial Brasileiro

LUIZ RUFINO



A relação entre cultura e personalidade é, no Brasil, uma tragédia de São Genésio — como aquele espetáculo ancestral encenado à exaustão, noite após noite, até que seus atores já nem soubessem para quem ou para que representavam, tornando-se apenas repetidores de gestos sem alma, mecânicos e vazios. Se outros povos constroem sua alta cultura a partir dos extremos da vida, dos terrores e dos êxtases do espanto, nós por aqui preferimos o alívio rápido do anedótico, do grito, da imitação.

Falta-nos, talvez, aquela espécie de assombro fundamental tão cara a Aristóteles: não o susto vulgar, mas o susto de raiz, que se entranha e obriga o homem a mirar o abismo, perguntando-se “quem sou?” diante de Deus ou do nada.

Aquilo que se vê nas grandes literaturas — Dante, Shakespeare, Goethe, Dostoiévski — é a materialização artística do desespero humano mais profundo. Ali, a experiência não é posta à mesa de bar, mas transformada em símbolo, em catarse e, sobretudo, em verdade. Por aqui, quando a literatura ensaia registrar o sofrimento nacional, já tropeça: tudo se falsifica, tudo se dilui em estereótipo sociológico ou manchete de jornal.

Eu, confesso, fui salvo cedo pelos livros — dei sorte de começar com Goethe, e Goethe dizia sem rodeios: “O dever — aquilo que se exige de nós — não é senão a necessidade interior de agir”. Trabalhar, criar os filhos, carregar o peso do dia. Não há artista que esteja isento disto, nenhum talento artístico, por maior que seja, justifica abandonar o dever de trabalhar e sustentar os próprios filhos. Rousseau, afinal, era esse essencialmente puro que muitos pregam? Jogou os filhos no orfanato, viveu sua pequena comédia e quis vender isso como liberdade.

O paraíso não conhece plano de vida: sem dificuldade, não há sentido; sem trabalho oferecido como trajeto em direção ao bem, não há verdadeira realização. Transformar trabalho apenas em fardo é retroceder à condição de escravo, mas até entre os escravos houve grandeza: Epicteto! Escravo de um homem brutal, fez da servidão o ápice de sua filosofia: não disse que não podia ser filósofo porque era escravo; fez da própria escravidão sua força, sua lição moral.

Eis que o brasileiro médio constrói sua biografia sobre a areia movediça da fraude. Toda carreira digna vira caricatura de esperteza; toda prosperidade, orgulho feio e parasitário. Nosso tipo dominante é o carreirista vaidoso, o malandro cordial, o desonesto que sonha, ao enriquecer, em pisar sobre quem ficou para trás... Lima Barreto, com sua lucidez incômoda, anotou: “No Brasil, o criado é considerado coisa, e não gente.” — quadro cruel, abjeto, tão nosso, em que a felicidade só parece possível cercada por uma legião de serviços de obediências compradas.

A vida começa na pobreza; nus viemos ao mundo. E esse deveria ser o ponto de partida para uma aprendizagem humilde sobre como se trabalha, como se carrega a própria cruz. A cruz, no fim das contas, é a estrutura da realidade, não um acidente; é nela e por ela que se constrói qualquer projeto de vida. Mas o brasileiro prefere enganar e ser enganado — espera de terceiros o sustento de suas vontades, enxerga o trabalho como condenação, nunca como dever, e se vangloria dos pequenos trambiques do dia a dia.

Não me espanta, então, que a massa apenas raciocine pelos clichês sociológicos, pelas fórmulas da imprensa, esquecida das lições da experiência direta, do espanto que engrandece e redime. Tudo o que não chega à imaginação vira engenho, e o imaginário nacional tornou-se pasto para modismos importados que nada dizem à vida real do povo. O destino comum é a frustração, a vocação abortada, a derrota erigida em Instituição Nacional... No Brasil, é preciso mesmo um milagre para dar certo — ou, quem sabe, um pacto com o próprio diabo!

Falta-nos a boa lição de Goethe, de Epicteto: trabalhar, criar, carregar, dignificar o fardo — e entender que no dever há a máxima expressão de liberdade. Até quando fugiremos do espanto necessário? Até quando a cruz parecerá, a cada brasileiro, um ultraje? Quando ela será, no fundo, a condição para algum sentido real? Eis aqui o drama nacional, exposto sem retoques: é o teatro da existência — e, nele, parecemos quase sempre preferir o papel do farsante à coragem trágica do Cristo.

* Cientista político e professor

OPINIÃO DO LEITOR

A Câmara precisa de transparência. Atos secretos, falta de transparência e fiscalização viraram regra. Queremos respostas, não encenação

Cláudia Menezes, Jardim Palmares

Jornal Digital



Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

- Banca Tibiriça - R. Tibiriça, 600
- Banca do Denis - R. Otávio Gólfeto, 326
- Banca Saudade - Av. Saudade S/N
- Banca Paulista - Av. Independência, 1680
- Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N
- Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão
- Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N
- Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho
- Banca Camões - Praça Camões S/N
- Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800
- Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão
- Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma
- Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575
- Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588
- Banca Sete de Setembro - Praça
- Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431
- Banca Office Center - Av. Portugal, 1760
- Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395
- Banca da Lucia - Av. Dom Pedro S/N
- Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Centri, 425
- Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)
- Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)

JORNAL RIBEIRÃO

SKY COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA
CNPJ 12.884.377/0001-30

www.JORNALRIBEIRAO.COM.BR

REDAÇÃO:

Av. Eduardo Gomes de Souza, 766 - S/4
City Ribeirão - Ribeirão Preto/SP
CEP 14021-540

Editor-chefe: **Eduardo Schiavoni**
Editor adjunto: **Beatriz Camargo**
Editor de arte: **Daniel Torrieri**

Contato:
redacao@jornalribeirao.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR:
(16) 99173-3980

Acesse pelo QRCode >



Departamento Comercial: **Emerson Cosmo**
comercial@jornalribeirao.com.br

Material noticioso e fotográfico fornecido pelas agências de notícias Estado, Brasil, France-Press, Reuters, pela equipe de correspondentes e pelos colaboradores.

O Jornal Ribeirão não se responsabiliza por conceitos ou opiniões emitidos em colunas ou artigos assinados.